Fronteiras do passado e do presente: territorialidade e memória no Poço da Draga

Marília Passos Apoliano Gomes[1]

Resumo:

Este trabalho deriva da minha tese em andamento, em que desenvolvo uma pesquisa de cunho etnográfico sobre as apropriações territoriais e as fronteiras na favela do Poço da Draga em Fortaleza-CE, localizada em uma zona turística e de grande interesse imobiliário. Tento compreender como os pertencimentos territoriais influenciam as dinâmicas de sociabilidade, dando enfoque às relações das pessoas do Poço da Draga com o território a partir de suas memórias individuais e coletivas. Em 2012, através de oficinas, a associação URUCUM e o Laboratório de Geoprocessamento da UFC facilitaram a elaboração de um mapa social pelos moradores, indicando suas localidades principais. O mapeamento social é importante para a demarcação de territórios ameaçados, a exemplo de comunidades rurais, indígenas e ocupações urbanas, como o Poço da Draga. No mapa em questão há muitas referências às zonas de fronteiras e ao passado, sendo emblemática a presença de locais que não mais existem. Sobre isto, Michel de Certeau dá pistas para compreender essas referências territoriais do passado, quando fala das "presenças de ausências" que dizem muito sobre a identidade e a memória coletiva. No Poço da Draga, memória e território estão intrinsecamente relacionados e alguns autores com quem dialogo nesta pesquisa são Michel de Certeau, Maurice Halbwachs, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Ecléa Bosi e Gabriel Feltran.

Palavras-chave: Território; Memória; Maritimidade; Cartografia Social.

1. Raízes no mar: a Ponte Metálica e sua eterna moradora

O Poço da Draga é uma das primeiras favelas de Fortaleza, tendo se formado entre as décadas de 1920 e 1940, na antiga Praia do Peixe (hoje, Praia de Iracema) nas proximidades da Ponte Metálica (OLIVEIRA, 2006). Não há muita certeza sobre a data de origem da ocupação, pois a história da comunidade vem sendo repassada através de relatos orais, o que torna alguns dados muito imprecisos. No entanto, as pistas conservadas através da oralidade não devem ser desprezadas, pois dados fragmentários podem ser bastante significativos quando considerados em conjunto. Os vestígios e os rastros também constroem a memória, e cabe sempre perguntar que caminhos percorrem os relatos até que se consolidem (GINZBURG, 2006).

Em razão dessa imprecisão e da necessidade de estabelecer uma data de fundação à semelhança de um "mito de origem", os moradores decidiram adotar simbolicamente a data de 26 de maio de 1906, o dia da inauguração da Ponte Metálica. Essa decisão

[1] Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

reforça a importância da ponte para eles, vez que durante muito tempo o Poço teve uma grande centralidade em razão da circulação de mercadorias e pessoas na área.

A construção da Ponte Metálica esteve ligada à criação de um porto para Fortaleza, e foram vários os trapiches que foram empreendidos anteriormente a ela (GIRÃO, 1997). Essa ponte foi bastante utilizada do começo do século XX até o final da década de 1940 como transporte de pessoas e mercadorias em direção aos navios cearenses, tendo, portanto, uma relação intrínseca com a Praia de Iracema e com toda a cidade.

Em 1949 foi inaugurado o porto do Mucuripe e a ponte deixou de servir para os fins inicialmente pensados, mas permanece no mar e a rua Viaduto Moreira da Rocha continua sendo a principal via do Poço da Draga, com notável presença no imaginário dos moradores.

O estabelecimento da mesma data de aniversário para a comunidade e para a ponte também se relaciona à resistência dos moradores para permanecer no local, pois muitos compreendem que não podem ser retirados de lá principalmente em função da antiguidade da ocupação. O tempo é seu argumento central e é através dele que quase todos os discursos de moradores se iniciam.

Por outro lado, não foi sempre que se comemorou o "nascimento" do Poço em 1906, há alguns anos essa decisão foi tomada. A primeira vez que se comemorou o aniversário nesse formato foi em 2011, ocasião em que se celebraram os 105 anos da Ponte e do Poço da Draga. Tal decisão teve a ver com a aproximação do movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) que se articulou contra a construção do Acquario[2] naquela área. Segundo uma moradora e liderança:

> O primeiro foi o de 105 anos, em 2011, que era gente de vários lugares que se reunia pra fazer aquele Ocupe Acquario. Mas aí a ideia mesmo de fazer o aniversário partiu de nós, moradores e do Serginho que já é geógrafo e ele já leu muito essas coisas. Ele já tava fazendo os trabalhos dele em cima da comunidade, da Praia de Iracema, o pessoal do Quem Dera e o pessoal da universidade, então, nós resolvemos fazer, né? De 105 anos foi o primeiro. [Ivoneide Goes, em entrevista dia 06/05/2015]

Atualmente a festa é considerada uma tradição, apesar de não ser antiga, o que apenas aparentemente é uma contradição. Estive presente em um dos eventos do

[2] Trata-se de um enorme equipamento oceanográfico que está sendo construído pelo Governo do Estado do Ceará nas proximidades do Poço. Essa obra tem sido alvo de diversas denúncias e em junho de 2015 está praticamente suspensa em razão das investigações sobre as irregularidades.

aniversário de 107 anos (2013) e de boa parte dos momentos dos 108 e 109 anos (2014 e 2015).

Segundo Hobsbawm e Ranger, “muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (1984, p. 09). Para os autores, a invenção das tradições corresponde a processos de formalização e ritualização sempre referidos ao passado, ainda que apenas pela imposição da repetição. A invenção é ritualística e não se trata de um falseamento da realidade, mas uma construção positiva dos sujeitos, afirmando a sua legitimidade para narrar suas histórias, bem como, no caso do Poço, a importância política do reconhecimento de que estão ali há muitas décadas. A própria invenção dessa data é uma atitude tática (CERTEAU, 2012), porque representa uma espécie de “arte dos fracos” a ser utilizada nos combates cotidianos contra os discursos estigmatizantes e deslegitimadores sobre as favelas.

Na comemoração dos 109 anos, no mês de maio de 2015, a programação foi dividida em vários dias e ocorreu quase sempre em três locais: a Ponte Metálica, a praia nas proximidades da ponte ou o Pavilhão Atlântico, espaço de que falarei adiante. Nos três lugares onde efetivamente ocorreu a comemoração, a relação do Poço com a ponte foi sempre reafirmada, seja nos discursos dos moradores, seja pela inegável proximidade com ela.

1.1 Dona Alzira e o “Pai Oceano *Atrântico*”

Nas reuniões e nas visitas, observei entre muitos moradores o sentimento de “enraizamento”, principalmente os residentes mais antigos. A dimensão da memória é bastante enfatizada e as ameaças de remoção parecem não fazer parte de um relato antigo, sendo vivenciadas no cotidiano. É possível que o território signifique não somente um bem ou o local onde se mora, pois para muitos deles “[...] perder seu território é literalmente desaparecer” (HAESBAERT, 2004, p. 04).

Acerca desse enraizamento é interessante trazer à lume a história de Dona Alzira, que durante mais de três décadas morou em cima da Ponte Metálica. Ainda que vivendo em um barraco simples na Ponte, sem água e sem luz e muitas vezes sem ter o que comer, foi assim que Dona Alzira traduziu seu amor ao mar:

> Aqui é felicidade... O mar alevanta meu astral. A brisa do mar é maravilhosa. Perto dele eu não há de sair não, sair nunca de perto dele. Quero sempre estar ao lado do pai oceano ‘Atrântico’. Deus me defenda sair... Pra longe eu não

> vou não. Se for pra um lugar perto que eu possa vir pegar meu peixinho eu vou, mas se for pra longe eu prefiro a casa caída e eu ir pra boca dos peixes, pra barriga dos peixes igual Jonas na barriga do peixe. E aí eu vou morar dentro dum peixe desse, mas não saio daqui. (vídeo Alzira, produzido por João Carlos Goes, também morador do Poço da Draga, em 2010. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=TM0UHKUSl-4>)

Dona Alzira é uma das figuras emblemáticas do Poço da Draga, que residiu durante mais de vinte anos em cima da Ponte Metálica. Era uma casa simples de madeira que, segundo ela, foi construída em 1977 de acordo com a autorização do comandante da Capitania dos Portos. Alzira se sustentava através da venda de café e merenda nas empresas da proximidade, até o dia em que adoeceu e não pôde mais caminhar tanto. Alimentava-se dos peixes que pescava ali mesmo, na Ponte, no mar de que tanto gostava. Não era apenas Alzira que morava na Ponte, mas ela foi a última que restou depois que todos se mudaram e os casebres foram demolidos. Ficou conhecida como a "eterna moradora da Ponte".

> O Oceano é o meu segundo pai. Porque meu pai mora em Manaus. E mandado por Deus todo dia eu tiro meu alimento, a minha mistura é dele, da água do mar. [...] Se eu for pra outra casa eu sobrevivo também, mas deixar de pescar eu não deixo, não. [...] Eu não quero sair daqui, eles derrubam a minha casa com o trator, mas eu não saio. (documentário A velha e o mar, produzido por Petrus Kariri em 2005. Disponível em: < https://vimeo.com/17325417>)

Nesse caso, é interessante também a associação dos elementos da paisagem local com os símbolos religiosos, e o estabelecimento de relações entre a própria vida e os mitos bíblicos. A sacralização do mar demonstra, neste e em outros depoimentos, o lugar que este ocupa nas representações locais.

No final dos anos 2000, o velho casebre estava em vias de cair, assim como diversos trechos da própria Ponte Metálica. Analisei matérias jornalísticas demonstrando a preocupação da Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA), que diversas vezes solicitou aos órgãos públicos melhores condições de vida para Alzira, mas muitos anos se passaram e a situação de moradia daquela senhora só piorava. Em razão das reformulações por que passou a Praia de Iracema, em 2010 a Prefeitura determinou a saída de Alzira da Ponte Metálica: ela não poderia ficar, pois ali não poderia morar ninguém.

Mas não foi a Prefeitura que conseguiu outro local de moradia para ela. Naquela ocasião, por iniciativa de amigos, Alzira foi transferida para a antiga sede da

Associação, onde atualmente funciona o Pavilhão Atlântico. Permaneceu lá inclusive quando a Prefeitura iniciou a demolição do prédio para construção do Pavilhão, no final de 2010. Os planos da gestão era que ali se instalasse o Café Atlântico, em homenagem ao antigo café que existia quando aquela era a região portuária. Os amigos reivindicavam junto à Prefeitura que fosse alugada uma casa para ela dentro do Poço, pois ela não resistiria a uma mudança para outra comunidade. Por conta da falta de resposta, alguns tentaram arrecadar dinheiro para pagar um aluguel provisório para ela. Diante das pressões, a Prefeitura então alugou em 2011 uma pequena residência, que não foi o final dos problemas. A casa se localiza em cima de um córrego e logo parte do piso começou a ceder, criando buracos na sala e na cozinha que representam um grande risco para a pescadora idosa.

Assim resume sua luta Dona Alzira: "Tenho muita saudade do mar, de onde vivia antes. Na ponte, também era difícil, mas era o meu local. Não pedi para sair de lá. Já que me obrigaram, quero um lugar bem decente e seguro". Sobre a Ponte, diz Dona Alzira:

> No dia que demolirem a Ponte, eu vou continuar vindo pra essa mesma praia, pegar os meus peixes. Eu tenho certeza que eles não vão me botar pra longe, e pra longe eu não vou. Eu saio daqui porque eu não comprei a Ponte, mas eu só saio pra um lugar mais próximo, pra eu vim poder pegar os meus peixinhos. (documentário A velha e o mar, produzido por Petrus Kariri em 2005. Disponível: https://vimeo.com/17325417)

Atualmente, ela permanece morando na mesma residência, não tendo sido solucionados os inúmeros problemas do imóvel. No mapa social elaborado em 2012 pelos moradores, eles fizeram constar as "casas na Ponte", e em um dos esboços também foi lembrada a "casa da D. Alzira". É recorrente a lembrança de que a ponte já foi ocupada e bastante utilizada pelas famílias, tanto para moradia quanto para trabalho e lazer.

2. O passado que é presente: a memória coletiva e o exemplo das "Irmãzinhas"

2.1 A cartografia social como expressão de memória e territorialidade

A cartografia social é uma prática colaborativa para a produção de mapas, mediante a troca de conhecimentos entre técnicos e comunidades. Trata-se de uma

experiência relativamente recente[3], que se contrapõe à cartografia tradicional: enquanto esta tem por objetivo quantificar, delimitar e controlar o território (ACSELRAD, 2008), a elaboração de mapas sociais tem por objetivo servir como instrumento de contra-poder. Considera-se que o mapa não é apenas uma ferramenta técnica que retrataria a realidade como ela é: "o mapa que fala por si mesmo, o mapa puro e acabado não existe [...]. O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor" (JOLIVEAU, 2008, p.49).

O mapeamento social é importante para a demarcação de territórios ameaçados ou em conflito, a exemplo de comunidades rurais, indígenas, quilombolas e ocupações urbanas, como o Poço da Draga. Nesse último caso, teria sido relevante que a delimitação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)[4] do Poço da Draga, incluída no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, tivesse tido a participação dos moradores. Nesse Plano, elaborado em 2009, a participação limitou-se a discussões pontuais de textos de diagnóstico, propostas de intervenção e legislação urbanística. Quanto a esta última, não houve qualquer tentativa de envolver as comunidades na produção dos mapas, essenciais para a efetivação da legislação em geral e para a demarcação das ZEIS.

Face às frequentes ameaças de remoção do Poço da Draga, em parte ou no todo, a cartografia social pode ser um instrumento de resistência da comunidade, fortalecendo sua memória e seus vínculos de solidariedade. Nessa perspectiva, a associação URUCUM[5] e o Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), do Departamento de Geografia da UFC, facilitaram a realização de várias oficinas para a elaboração de mapas sociais, onde os moradores cartografaram o que há e o que havia de mais significativo na comunidade e em seu entorno. Pode-se identificar, neste esforço cartográfico, algumas imprecisões e falta de detalhamento técnico, mas isso não diminui sua importância, vez que:

> Distante das maquinais cartografias de satélite, sua imprecisão é traço de uma narrativa que é construída coletivamente e aí reside sua potência para a emancipação: insere a coletividade numa dinâmica de ampliação da consciência histórica e espacial, dando-lhe instrumentos que possibilitem e

[3] Iniciou-se no Canadá em 1960 e disseminou-se internacionalmente na década de1990.

[4] A ZEIS é um instrumento urbanístico que assegura às comunidades assim definidas prioridade para receber investimentos públicos e sua permanência nas áreas que ocupam, vez que nessas zonas somente pode haver habitação de interesse social (PASSOS, 2013).

[5] Trata-se de uma entidade de assessoria em direitos humanos, comunicação e justiça, que promove ações de articulação e mobilização comunitária.

> oficializem o exercício da prospecção de futuros possíveis. (LYRA; MATOS, 2014, p. 93)

No mapa-síntese (Figura 1), a praia como um todo é bastante destacada. Observa-se que no meio do mar foi desenhado um círculo verde, significando um "ponto bom" para banho e lazer. Na praia, foi destacado o antigo campo de futebol, cuja área teria sido ocupada indevidamente por um estaleiro situado na vizinhança. A Ponte Metálica também tem destaque, com as seguintes referências: "Tapioca do Valdemiro", "Casas na ponte", "Ponte Metálica" e "Antiga cancela do Baixa Pau".

Figura 1 – Cartografia Social do Poço da Draga (2012)

Fonte: Labocart e Urucum, 2012.

Nele é possível ver diversas referências expressas ao passado: “Antiga Alfândega”, “Antiga Dinel”, “Antigo DNOCS”, dentre outros. Algo emblemático, no entanto, é a presença de locais e referências que não existem mais na localidade, mas não foram grafados como “antigos”. Essa é a situação da casa das “irmãzinhas”, próxima à Ponte Metálica na Figura 01: trata-se de uma área cuja memória é tão forte na localidade, que é como se as Irmãs Josefinas ainda estivessem presentes. Oliveira (2006) identificou a importância desse grupo na localidade, pois desde a década de 1960 elas promoviam não somente atividades religiosas, mas também de caráter festivo ou comunitário. Ocorre que as “irmãs” teriam deixado o Poço da Draga ainda na década de 1990, por falta de condição de custeio das despesas. Mesmo assim, mais de vinte anos depois a ausência dessa referência é vivida quase que como uma presença, lembrando-nos os dizeres de Michel de Certeau:

> O que impressiona mais [...] é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “aqui vocês *veem*, aqui *havia*...”, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento. (CERTEAU, 2012, p.175)

Trata-se de um lugar de memória, do que houve e do que não há mais, é como afirma Certeau: uma “presença de ausências”. Um espaço que conta pelo que foi e não pelo que é. O curioso é que, segundo um dos moradores mais antigos, nesse mesmo local já teria funcionado uma estação de passageiros, uma pequena indústria de beneficiamento de lagosta e uma delegacia. Conforme Oliveira (2006), em 1928 foi inaugurado ali o Café Atlântico (o Antigo Pavilhão) e que depois da mudança do Porto para o Mucuripe perdeu a dinamicidade. A partir de 1970, o prédio abrigou a Escola Comandante Fernando Cavalcante e a casa das Irmãs Josefinas, que lá permaneceram até meados da década de 1990. Em seguida, ali funcionou um posto de saúde (até 1993) e até 2002, a Escola Infantil Francisca Fernandes Magalhães, mantida pela prefeitura em parceria com o Rotary Club. Entre 2002 e 2003, a prefeitura utilizou o espaço como depósito de material de construção e, a partir de 2003, funcionou como sede da Associação de moradores. Em 2010, foi demolido pela prefeitura para construir o Novo Pavilhão/Café Atlântico.

Considerando a série de usos desse espaço, por que justamente o uso atribuído às “Irmãzinhas” foi o que ficou gravado na memória? Esse pertencimento resiste ao tempo e até a ausência das referidas freiras. Em campo, já pude observar que mesmo os mais

novos muitas vezes referem-se ao local dessa forma, ainda que não tenham vivenciado aquele período. Por que seria esse justamente o lugar da lembrança e não do esquecimento?

> Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim, simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 2012, p. 175-176)

As narrativas sobre esse lugar em especial fazem lembrar os "tempos empilhados" de que fala Certeau. Os espaços vividos correspondem, também, a temporalidades que se somam, como se fora o lugar um palimpsesto no qual as memórias vão sendo grafadas com maior ou menor intensidade. E, de uma forma ou de outra, o pesquisador sempre torna a ouvir falar sobre o que não existe mais. Algumas das frases mais reiteradas são: "aqui tinha, mas não tem mais", "ali havia...", exatamente como Certeau afirmara.

> O espaço físico tem papel crucial na constituição da memória coletiva. A relativa estabilidade de tal espaço permite-lhe atuar como âncora da memória, evitando que as lembranças se percam no fluxo contínuo do tempo, transformando-se em devaneios brumosos ou em esquecimento mortal. (GONDIM, 2001, p. 186)

O Pavilhão é um exemplo emblemático desses "tempos empilhados", vez que as mudanças na estrutura e nos usos desse espaço demonstram os vários "lugares" (espaços praticados) que ele já abrigou. Penso que o Pavilhão é uma metonímia do Poço da Draga, porque assim como naquela área, muitas foram as mudanças na comunidade. No Poço, o visitante se surpreende a cada nova chegada, porque é notória a dinamicidade espacial, são visíveis as alterações e também perceptíveis por outros sentidos que não a visão.

2.2 As Irmãzinhas e as datas comemorativas

É importante ressaltar que, desde a época das Irmãzinhas (1970-1990), as datas comemorativas (religiosas ou não) sempre foram muito festejadas, verdadeiros momentos de congregação porque aglutinavam muita gente. Os moradores antigos e os que nasceram lá (hoje, por volta de 30, 40 anos) lembram muito das irmãs e das festas. Festas juninas, dias das mães, dia das crianças, natal, vários outras. A lembrança desses eventos sempre é trazida como algo especial. Ocorre que, quando as freiras foram

embora, as festividades foram perdendo seu caráter aglutinador (Oliveira, 2003, p. 54). A partir daí, as festas eram organizadas pela Associação de Moradores (AMPODRA) e essa organização, que era política, dividia os ânimos. Com essas divergências, as festas passaram a ser menos frequentadas.

Talvez o estabelecimento de uma data de aniversário da comunidade a partir de 2011 seja uma tentativa de retomar esse caráter aglutinador, esse entusiasmo de que alguns moradores dizem sentir tanta falta. A criação/invenção dessa tradição parece remeter (conscientemente ou não) ao tempo das Irmãzinhas, um período, segundo eles, de maior unidade/solidariedade, em que as festas "juntavam a comunidade". No próprio discurso dos moradores que hoje organizam os eventos, é nítida a intenção de fortalecer o pertencimento e o entusiasmo "de antes". Inclusive, as festas e reuniões são no Pavilhão ou nas "Irmãzinhas", como eles ainda chamam. Aquele lugar continua a ter uma importância política e ritual em quase todos os eventos do Poço da Draga.

Agora eles querem retomar isso com outros eventos como os saraus, o cineclube, o Arraial dos namorados, enfim, tornar o Pavilhão mais frequentado por moradores e não-moradores.

2.3 A memória coletiva

Ecléa Bosi (1994) também chama a atenção para o fato de que a memória dos velhos nascidos na São Paulo do início do século XX é construída espacialmente, na narrativa de ruas e bairros que, muitas vezes, não existem mais. Ou que mudaram tanto que, para eles, é como se não existissem mais. Seus referenciais espaciais lhes foram roubados pelo desenvolvimentismo funcionalista, muitas ruas, árvores e marcos foram arrancados para a construção de novas avenidas ou prédios. O peso dramático da frase "já não existe mais", ou "esses já não vivem mais" é sentido em toda a obra: o peso da finitude e a proximidade da morte, física ou simbólica, são recorrentes nas narrativas.

No Poço da Draga, os moradores enfatizam a não existência atual das Irmãzinhas, do antigo campinho, das casas em cima da Ponte, do chafariz. Lembram ainda das pedras que foram retiradas quando do aterramento da Praia de Iracema, ausência que foi sentida porque aquelas pedras eram espécies de mirante onde se assistia ao pôr-do-sol. Uma moradora me contou que cada um tinha sua "pedra preferida", seu local de contemplação. Essa mesma senhora afirmou em uma audiência pública:

> Eu nasci no Poço da Draga, cresci lá, fiz 47 anos no domingo e não me sinto morando noutro lugar que não seja perto da praia. Ali, eu vi meus filhos crescerem, tá ali um, o João, mais velho, que vai fazer 28 anos, e um outro menorzinho de 4 anos que está aqui comigo... E lá é assim: ah, a gente está estressada? Pois vamos lá na Ponte, ver o pôr-do-sol, vamos sentar na pedra... Mas aí não tem mais pedra, porque a prefeita simplesmente aterrou as pedras, mudou o panorama, mudou a paisagem. Eu sinto como se estivessem mexendo no meu quintal. (Ivoneide, 25 mai. 2012 em audiência pública na Câmara Municipal de Fortaleza)

Além disso, Bosi (1994) enfatiza a importância dos referentes sociais da memória, considerando-se que os eventos que são normalmente mais lembrados pelos velhos são aqueles que foram vividos em coletividades, em grupos (CONNERTON, 1993). Eles parecem se lembrar mais porque viveram as situações em conjunto com familiares, amigos, colegas de trabalho. E daí porque a dor da perda de um familiar ou um amigo da juventude signifique tanto pesar para o velho, porque ele perde também um dos seus principais referentes da memória, aquele que poderia se lembrar junto com ele. Não será mais possível a ele perguntar: "lembra, fulano?", e com isso uma parte de sua memória e uma parte de si morre com aquele que faleceu. A perda, é, sobretudo, uma perda do eu.

Os velhos que Bosi (1994) analisa são vistos por ela como narradores e recordadores, cuja memória é, a um só tempo, individual e social. À luz do pensamento de Maurice Halbwachs, Bosi compreende que tanto a apreensão das lembranças (o ato de guardar) quanto a evocação das memórias (o ato de buscar a imagem) são atividades sociais, daí que falem dos "quadros sociais de memória". Por um lado, interfere na memória a profissão do recordador e onde e como ele se encontrava quando da ocorrência de um fato "histórico", por exemplo. Ele lembra a partir de uma série de determinações. Por outro lado, a memória não deixa de ser algo "individual", pois permeada de suas próprias percepções, valorações e coloridos. Quem lembra não é o grupo ou a classe social, quem lembra é o sujeito. Mas o que ele lembra e como ele lembra, diz Halbwachs, depende muito dos pertencimentos dele (grupos).

> O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no modo como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar. (Marilena Chauí, na p. 31)

> Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradução, que é a memória coletiva de cada sociedade. (Bósi, p. 55)

Ainda na esteira de Halbwachs, a autora compreende que não existe "conservação do passado" (BERGSON, 1999), somente uma "reconstrução do passado", pois é impossível reviver a experiência através da lembrança: o que foi não volta a ser, só por ser lembrado, sendo então impossível determinar a exatidão dos fenômenos (se é que há essa exatidão, em algum plano). Não há garantias de que a lembrança corresponda fielmente ao que tenha acontecido, isso porque o decurso do tempo e a mudança de perspectiva temporal (antes *versus* agora) já alteram substancialmente o conteúdo da lembrança. O que Halbwachs quer dizer é que não é apenas "o ponto de vista" que se altera, mas que o ponto de vista altera a própria lembrança, e filtros ideológicos de hoje certamente estão alterando, inconscientemente, o que lembramos.

A memória não é sonho, portanto, não é um reviver: a memória é um trabalho de reconstrução. A autora opõe, portanto, a memória-sonho de Bergson (1999) à memória-trabalho de Halbwachs:

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p.55)

Isso de forma alguma invalida nossas memórias, nem torna menos confiáveis o discurso-narrativa dos idosos, apenas demonstra que é preciso analisá-los não dentro de uma "busca pela verdade real", mas compreendendo os pertencimentos do sujeito-recordador. Bosi ressalta: se você foi costureira, operário, dona de casa ou empresário, isso já diz muitas coisas sobre sua memória – uns lembrarão mais, outros menos. Para alguns, eventos políticos importantes passaram despercebidos, já para outros são o cerne da memória. Por quê? Aí entra a questão da memória coletiva, da memória dos grupos, e que vai se afirmando nessas experiências coletivas.

> A mudança de visada se dá na própria formulação do objeto a ser apreendido: Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os "quadros sociais da memória" (...) perseguirão a realidade interpessoal das relações sociais. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.
> Dando relevo às instituições formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio, tão caro a Bergson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia. Ao contrário, o que o sociólogo

> realça é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória. (BOSI, 1994, p.54)

Interessante também a crítica que a autora faz sobre a história oficial celebrativa ou triunfalista, sobre a perspectiva dos vencedores e que apaga muitas das lutas e das contradições em torno dos fenômenos. A memória dos velhos, muitas vezes, se contradiz com essa história oficial. E o que isso quer dizer?

> A função social do velho é lembrar e aconselhar (...), unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. (...) a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa. (...) em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem. (...) Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. (BOSI, 1994, p.18)

> Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. 'A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus a mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí alguns arrimos em que a memória se apoiava'. (...) a frase dezenas de vezes repetida 'já não existe mais', essa frase dilacera as lembranças como um punhal e, cheios de temor, ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde (...) os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida inteira. (...) A história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (BOSI, 1994, p.19)

Também em muitas circunstâncias e com grandes possibilidades a memória dos velhos (que era outra) pode ser alterada com o passar do tempo e da repetição da história oficial, que os faz esquecer como vivenciaram determinadas coisas. Há, portanto, um inevitável imbricamento de memória individual e história-discurso oficial.

Certamente as análises de Michel de Certeau e Eclea Bosi tem muito a contribuir com a problematização do meu objeto, vez que a apropriação do território passa pelas lembranças do que se viveu ou deixou de viver no lugar. Nesse sentido, é muito importante ouvir os moradores na perspectiva oferecida por Bosi, compreendendo-os como "recordadores" e não apenas "narradores". Ademais, tenho buscado conversar não apenas com os velhos, mas com os jovens para compreender o que o território significa para eles hoje.

3. As caminhadas-escrituras no Poço da Draga

Busquei também realizar uma aproximação entre meu objeto de pesquisa e a teoria das práticas cotidianas ou microbianas de Michel de Certeau (2012), por compreender que as análises do autor contribuem substancialmente para esta proposta. Ao invés da suposta passividade ou docilização dos sujeitos que praticam a cidade, Certeau enxerga a potência da invenção, da criatividade: o foco da análise são as astúcias dos praticantes. Na esteira do seu pensamento, as pessoas praticam a cidade, de forma alguma apenas a "consomem". Essa é, aliás, a grande questão do autor: a crítica à perspectiva da passividade do consumo cultural.

O andar e a caminhada são uma linguagem, e a cidade é um texto escrito, um mapa. Para ele, a linguagem é uma abstração para substituir as coisas concretas. Dessa forma, o texto é sempre uma subversão àquilo que está dado como pronto e acabado e caminhar é como uma escrita sobre o espaço abstrato. Certeau (2012) critica os conceitos prontos sobre cidade e sobre espaço e valoriza o espaço criado. Além disso, cabe esclarecer que para ele as astúcias nem sempre são conscientes, racionalizadas e racionalizáveis, pois muitas vezes os sujeitos agem de forma tática sem perceber, conforme o seguinte trecho:

> Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (CERTEAU, 2012, p. 159)

O processo de assimilar a cidade compreende, ao mesmo tempo, a ação de tornar-se semelhante a ela (mudando-se e moldando-se a partir dela) e a de torná-la semelhante a si (apropriando-se dela, alterando-a). O corpo do praticante também engloba a cidade, não é apenas engolido por ela. Desse modo, Certeau não parte dos estudos de recepção, mas discute a partir da idéia de "apropriação" de sentidos. Para ele, a leitura da cidade não é um mero decifrar de códigos e tampouco uma obediência cega dos sujeitos às normas urbanísticas: as pessoas lêem e apropriam-se da cidade todos os dias, e com isso, ao mesmo tempo, constroem o texto da cidade.

Os praticantes também produzem sentido, não são apenas moldados ou "informados" pelo sentido hegemônico. Muitas vezes, para cada uso definido de um espaço, os sujeitos reinventam as prescrições, criando novos usos ou reativando usos

antigos através de suas táticas. As pessoas podem até “aceitar” os usos definidos, mas sobre eles produzir ressignificações. Um exemplo interessante está no fato de os moradores reinventarem o nome de lugares, seus trajetos e até suas crenças. Conforme Certeau (2012, p.165) “o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial”, e no ato da caminhada vai produzindo novos sentidos. Isso se dá essencialmente porque o espaço vivido é diverso do espaço compreendido geograficamente.

Cabe ressaltar que nem sempre os espaços praticados são legais, às vezes são ilegais, irreverentes ou subversivos. Os usos não são necessariamente aqueles previstos nas leis, nos planejamentos e nos mapas, os usos previstos pelos arquitetos. Trata-se de uma poética mítica do espaço: a poesia é aquela que escapole, que transborda, que traz emoção. Certeau quer trabalhar os espaços vividos, afetivos. O corpo redefine as cidades, os mapas, as manifestações: estas são redefinições de cidade.

Em suma, interessa tentar compreender como as "práticas urbanas" formam mapas urbanos subjetivos e significativos das apropriações territoriais dos moradores. Esses mapas se tornam observáveis através das narrativas e foi ouvindo histórias e realizando observações que tentei verificar como esses mapas podem ser elaborados a partir de pequenas coisas como hábitos cotidianos, relações de vizinhança, usos da cidade como as caminhadas, reuniões, dentre outros.

Neste sentido, algo interessante é que sempre em datas comemorativas seja realizada uma visita através de caminhada pelos territórios do Poço. Essas caminhadas são também narrativas, pois com essas andanças é escrita e re-escrita a história do lugar. Para eles é muito importante que nesses momentos compareçam os moradores jovens (para que conheçam e tenham maior sentimento de pertença), bem como apoiadores externos, para que compreendam o nível dessa relação carnal e textual entre os moradores e o lugar.

Já participei de algumas dessas caminhadas e notei que elas sempre começam no mar. O mar, nas proximidades da Ponte Metálica, é o ponto de partida para explicar a origem pesqueira e portuária da comunidade, enfatizando sempre a relação com a ponte. O morador que faz o trabalho de guia demonstra ali a “cultura vivida” dos que lá habitam, mostrando suas referências de passado, que continua sendo presente. Também é comum nesses momentos que sejam sublinhados os territórios que eles não mais possuem, muitas vezes chamados de “lugares roubados”, seja pelo governo ou por empresários. Falam da remoção da chamada “Praia Formosa”, na década de 1970, que

resultou no translado de muitas famílias para o Conjunto Palmeiras. Lembram também do campinho de futebol que havia em parte do terreno que hoje é o Estaleiro (área privada pertencente ao grupo Gradvol, proprietário do hotel Marina Park). Ressaltam as muitas casas que havia em cima da Ponte, mas que a prefeitura "mandou tirar": para boa parte dos habitantes antigos, aqueles também eram lugares de referência.

Muitos reagem a esses "roubos" com as narrativas de passado, atestando a solidez de suas posses (ainda que não existam títulos de propriedade), e as provas de sua conexão com o lugar. A afirmação do aniversário de 109 anos é uma ação de resistência, para que eles continuem afirmando que estão ali, que permanecem junto do "pai Oceano *Atrântico*", nos dizeres de Dona Alzira. Eles lembram de seus pais, avós e bisavós que ali já moravam, na tentativa de dizer que não apenas o lugar é eles, mas eles também são o lugar.

Compreendo que essas caminhadas-narrativas constituem verdadeiras escrituras táticas (CERTEAU, 2012), no intento coletivo de atestar que eles também fazem parte da história da Praia de Iracema e da cidade. Descrever as mudanças nas casas, nas ruas, nos córregos é um ato de auto-afirmação e de resistência. Até este momento da pesquisa, pude perceber que foram 3 os locais mais lembrados em todas as histórias que ouvi: o mar, a Ponte e "As Irmãzinhas", hoje Pavilhão Atlântico.

Na última caminhada de que participei, por ocasião dos 109 anos, atentei para a nomenclatura de várias ruas e vielas, que muitas vezes fazem referência a eventos passados ou pessoas que já se foram. O "beco do macaqueiro" é um dos exemplos, pois se refere a um homem que tinha dois macacos e fazia apresentações circenses na localidade, mas esses são eventos das décadas de 1970, 1980 e há muito esse senhor é falecido. Mesmo assim, a referência do local é esta, ainda que para alguns mais jovens o significado possa ter se perdido no tempo. Nessa mesma ordem está o "beco do Valmir" e o "beco da Isabel", referentes às casas de antigos moradores, ambos falecidos. O passado, portanto, indissociavelmente faz parte do presente vivido.

Por outro lado, as apropriações e re-apropriações territoriais no Poço da Draga revelam-se um objeto rico de análise, principalmente considerada a dinamicidade desses processos. Apesar de ter se dado relativa ênfase às narrativas de passado, convém lembrar que novos espaços vividos estão constantemente sendo criados e/ou alterados por novos ou antigos moradores. Um exemplo é o fato de dois pescadores estarem morando embaixo da Ponte Metálica nos últimos três anos, transformando em moradia uma cavidade entre a ponte e a areia. Penso tratar-se de uma prática espacial de tipo

tática, pois esses moradores de certa forma resistem às sucessivas tentativas de normatizar o espaço. Nas últimas décadas, foram várias as intervenções da Prefeitura para retirar as moradias daquele local, dentre elas o antigo barraco de Dona Alzira na Ponte Metálica.

Outro fato interessante: alguns moradores relataram, durante a comemoração dos 108 anos em 2014, que eles teriam perdido o antigo campinho de futebol[6] para o grupo Gradvol quando da construção do Estaleiro. O campo era um dos únicos espaços de lazer do local e era visto por eles como uma conquista. Posteriormente, foi improvisado um campinho na areia nas proximidades da Ponte, onde eles colocaram uma trave de gol. Quando conheci esses pescadores que atualmente moram na ponte, observei que havia uma rede armada na trave do gol, pois um deles dorme ali quando o campo não está sendo utilizado. A partir das categorias apontadas por Certeau, penso que aí temos duas ações de tipo tático: a primeira, que espontaneamente fez um campo na faixa de praia, para substituir o antigo; e a segunda, que transformou o gol em parte da morada dos pescadores, ainda que apenas vez ou outra. Os territórios, portanto, são o que significam para aqueles que os praticam, que os vivenciam no cotidiano.

3.1 As caminhadas e as fronteiras evitadas

Durante essas visitas guiadas também são perceptíveis as fronteiras, pois alguns territórios são claramente evitados. Em nenhuma das caminhadas em que estive presente o guia passou pelo "Pocinho", área considerada de maior vulnerabilidade e insegurança. O caminho da visita passa exclusivamente pelas ruas principais. Segundo os moradores com quem travamos contato, no Pocinho os becos seriam muito estreitos, sendo impossível a travessia de mais de uma pessoa por vez. Foi com base nesse argumento que em todas as vezes desviamos desse trecho, que corresponde à área mais sujeita a inundação quando das chuvas (pela maior proximidade com o mangue que ainda restou do Riacho Pajeú). Nas reuniões, dificilmente se fala sobre o "Pocinho", apesar de ser considerado uma parte da comunidade. Em conversas informais, já ouvi algumas senhoras dizendo que a violência só parte do Pocinho, quase sempre dos moradores "recém-chegados", o que lembra as conclusões de Elias e Scotson (2000) sobre Winston Parva quanto ao critério de antiguidade de ocupação. Diferentemente da maioria do

[6] Em 2015, o cenário já mudou, pois em fevereiro foi inaugurada uma quadra poliesportiva que vem sendo muito utilizada principalmente em torneios de futebol. Agora, há novamente um campinho.

Poço da Draga, as primeiras famílias do Pocinho ou Papoco chegaram na década de 1990, inicialmente por familiares dos residentes nas ruas principais, e depois por pessoas vindas do interior do estado ou de outras ocupações (OLIVEIRA, 2006).

Ocorre que, mesmo se mudando para lá na década de 1990 ou no início dos anos 2000, muitos parecem ser considerados ainda como "recém-chegados", sendo-lhes atribuídas as piores características: falta de moralidade e de educação. Segundo os demais moradores, aquelas áreas seriam foco de impurezas tanto físicas quanto sociais, constituindo a origem da violência, do tráfico e da criminalidade. É afirmado por muitos moradores que a "favela" está no Pocinho, sendo relativamente generalizada a estigmatização pelos outros microterritórios.

Entendo que a formação e a classificação de microterritórios estão relacionadas às identidades territoriais e morais entre moradores. De acordo com Oliveira (1976), compreendo que as identidades são construídas em relação ao outro, o que parece ser semelhante nas localidades analisadas na pesquisa exploratória: um grupo ao se definir diz quem é, mas sobretudo quem não é. Cunha (1985, p. 206), em diálogo com Oliveira (1976), esclarece que a constituição de identidades é situacional e contrastiva, ou seja, trata-se de uma "[...] resposta política a uma conjuntura, resposta *articulada* com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças".

No Poço, parece haver claras diferenciações territoriais, havendo na localidade "uma favela dentro de outra, ambas com simbologias espaciais [...] as casas com portões e grades nas janelas demarcam separações internas à comunidade, configurando uma segregação no interior de outra" (OLIVEIRA, 2006, p. 43). As classificações territoriais existentes nas ocupações reproduzem e ressignificam os esquemas de distinções espaciais e morais que ocorrem na cidade, conforme se vê no emblemático trecho:

> No Poço da Draga existem espaços denominados pelos moradores de "Aldeota", que incluem a rua principal e ruas paralelas [...], e outros denominados de "favela", que alguns também chamam de "Serviluz", por conta do alto índice de violência e pobreza semelhante a esse bairro. Reproduz-se, assim, a diferenciação que se estabeleceu entre áreas integrantes do lado "nobre" de Fortaleza, e aquelas onde predominam a desordem e a pobreza (OLIVEIRA, 2006, p. 41).

O "Serviluz", que seria a favela dentro da favela, corresponde ao "Pocinho", que vai se afastando e sendo progressivamente apartado do convívio com o restante da área, sendo dito por alguns moradores que não se pode mais andar por lá. Apesar das distâncias morais, há um tenso reconhecimento de que o Pocinho faz parte do Poço da

Draga, mas um "pertencimento forçado" ou "indesejado", isto porque a existência da área parece ter ferido a imagem idealizada de "comunidade tranquila" que havia no passado.

Considerações finais: As disputas em torno da memória

Na cartografia social, os moradores que participaram das oficinas fizeram questão de enfatizar o passado e a memória do Poço da Draga, preocupação que também aparece de forma muito clara na comemoração do aniversário e especialmente durante as visitas guiadas. Atualmente, em razão das disputas acerca da construção do Acquario, alguns discursos tem se tornado mais inflamados, reivindicando o reconhecimento do patrimônio cultural da área. Curiosamente, a história e a memória da cidade também tem sido utilizadas, por quem defende a obra, como se observa:

> Para quê um Aquario no Ceará? Pela história. Pela relação grande com o mar, a jangada e tal. Poeticamente falando, o Ceará tem isso. E a gente extrai do mar o medo, a energia, o pré-sal. Temos grandes histórias e lendas para contar, de navegações, viagens. [Leonardo Fontenele, responsável pelo projeto arquitetônico da obra, em 24/06/2015[7]]

Falas como essa tem gerado indignação de alguns moradores que compreendem que a maritimidade não será homenageada com o Acquario, vez que os jangadeiros e os pescadores não aparecem senão como elemento imagético, exótico, algo a ser explorado como paisagem. A história da cidade foi muito escrita por esses pescadores, que ao longo das últimas décadas foram sistematicamente expulsos para a periferia metropolitana, em razão da especulação imobiliária. No entanto, não está sendo construído um Museu do Mar ou dos Jangadeiros, tratando-se de uma obra faraônica de traços futurísticos que pouco dialoga com os elementos locais. A este respeito, é emblemática a fala de Sérgio Rocha, que se refere ao Acquario como uma "boneca de vidro":

> Nossa cidade é nossa mãe, ela nos acolhe, nos dá educação, alimentação, saúde, emprego e, sobretudo, um lar. [...] E então, nós compramos uma Boneca de Vidro pra contar a história da nossa mãe? A cidade-mãe permite que se possa impedir sua morte e resgatar sua matéria, nós é que esquecemos que ela é sim a nossa mãe, e de muitos. Apagar a história da sua cidade é o mesmo que apagar a história da sua mãe. [...] Bem aventurados os filhos dela que não a substituem por uma mãe de brinquedo, de vidro, e de água. Essa mãe pulsa ainda, esperamos que ainda dure muito pra servir de exemplo

[7] Disponível em: < http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/vamos-competir-com-o-turismo-do-resto-do-mundo-1.1322957>. Acesso em 26 jun.2015.

> aqueles desesperados por recursos materiais - dinheiro - pra que saibam ou no mínimo compreendam que o que nunca morre é a memória, a matéria sempre há de perecer um dia, nela vai gente, casas, prédios, ruas, e aquários também. (Sérgio Rocha, em sua página no *Facebook*, 26 jun.2015)

Sérgio é geógrafo e morador do Poço da Draga, sendo ele o responsável por quase todas as visitas guiadas pela comunidade. Nesses momentos, é através do seu olhar que conhecemos o Poço, ouvindo todas as histórias marcantes de que ele se lembra. Ele nasceu no Poço, brincou e pescou muito na Ponte Metálica, estudou na escola das Irmãzinhas, viu Dona Alzira envelhecer e se mudar, escuta há décadas sobre os riscos da remoção e permanece se recusando a acreditar. Ele coleciona uma série de fotografias antigas sobre o Poço e revela que um de seus desejos é a preservação da memória do Poço, inclusive através de formas institucionais como os museus.

Percebe-se nas falas dele e de outros moradores que a memória não se nutre apenas da racionalização e lembrança de fatos, mas é composta substancialmente de emoções, de afetividade. Lembramos mais do que nos afeta diretamente e ainda mais do que nos toca enquanto grupos, como afirmado por Halbwachs, Bosi e Gondim. O passado é uma fonte de identificação de pertencimento, restando claro mais uma vez as fortes relações entre memória e território no Poço da Draga.

Com este último exemplo acerca das disputas sobre o Acquario, vemos que as memórias também estão em conflito, vez que cada grupo possui interesses diferentes e utiliza argumentos que legitimem suas pretensões. No caso dos moradores, o que afirmam querer é a permanência no local com a melhoria da qualidade de vida, conforme reivindicam desde os anos 1980 com suas primeiras associações. A seu favor, argumentam o tempo de ocupação e a participação direta na construção das riquezas da cidade, através do trabalho como pescadores e portuários. De outro lado, interesses empresariais e de governo se articulam em nome do “desenvolvimento” e do turismo, afirmando que esta obra trará apenas benefícios inclusive para a comunidade.

A memória da cidade está sendo construída e desconstruída no cotidiano de todos os sujeitos que nela habitam, mas não se pode esquecer que uns possuem mais capacidade de se fazer ouvir do que outros.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Regis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp. 13-44.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória.* Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade:* lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros*: os escravos libertos e sua volta à África. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP: CEBRAP, 2011.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRÃO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

GONDIM, Linda Maria. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio *et al* (Org.). *Olhares contemporâneos*: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia cultural*: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 7-39, 1997.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOLIVEAU, Thierry. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp. 45-70.

LYRA, Luna; MATOS, Camila. *Trópicos utópicos*: uma poética de resistência nos espaços residuais. 2014. 238f. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, Heloísa M. Alves. *O Poço da Draga e a Praia de Iracema*: convivência, conflitos e sociabilidades. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Território livre de Iracema*: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. 2001. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.